



URGENTE

SUBSÍDIOS PARA REUNIÃO DE REPRESENTANTES

1. CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL

Preparar a greve!

Assembleia estadual será no dia 15 de março

Frente a todos os ataques que o Governo Estadual vem fazendo contra a categoria e contra a escola pública e à sua postura de não estabelecer negociações efetivas com a APEOESP sobre as questões que afetam os professores e a escola pública estadual, o Conselho Estadual de Representantes, reunido no dia 23 de fevereiro, em concordância com as deliberações da V Conferência Estadual de Educação, realizada em novembro de 2012, definiu passos para a construção de uma forte greve.

Os Representantes de Escola e os Representantes dos Aposentados, ao lado da Diretoria Estadual, dos Conselheiros Estaduais e Regionais e das Coordenações de Subsedes têm papel fundamental na organização deste movimento, cuja primeira grande ação ocorreu em 22 de fevereiro, quando docentes de todas as regiões do Estado participaram do ato em defesa dos direitos dos professores categoria "O" realizado na Praça da República.

O próximo passo para definição do calendário de preparação da greve será a **assembleia estadual em 15 de março, às 14 horas, na Praça da Sé, com passeata até a Secretaria da Educação**. Somente com mobilização e demonstração de organização e força, conseguiremos arrancar negociação com este governo.

No próximo período a entidade realizará forte campanha de mídia (rádios, jornais, TV e outros meios), combinada com panfletagens, reuniões nas escolas,

plenárias nas subsedes, caravana em defesa da educação e outras mobilizações. A primeira inserção na TV aconteceu no dia 4 de março no Jornal da Globo. A próxima será em 12 de março no intervalo do Jornal Bom Dia São Paulo, a partir das 06h30. Em 26 de abril, nova assembleia deverá avaliar a continuidade do movimento. Lembramos que a CNTE está convocando para 23, 24 e 25 de abril uma greve nacional, como parte da Semana Nacional em Defesa da Escola Pública.

A Reunião de Representantes é o melhor momento para o debate e a organização das ações para a construção de uma forte greve. Na primeira quinzena de março as subsedes devem organizar plenárias e visitas às escolas. Os diretores, conselheiros, representantes de escolas devem dialogar com todos os colegas. A participação de cada professor e professora é fundamental. Somos uma categoria numericamente forte e socialmente importante e nossa mobilização é uma arma poderosa em defesa de nossos direitos e da escola pública. Também deve discutir um calendário específico da região, que se articule com o calendário estadual. Vamos juntos derrotar a intransigência deste governo e de seu secretário de Educação, garantindo conquistas para toda a categoria.

Abaixo, reproduzimos nossas principais reivindicações, para as quais o governo não nos apresenta respostas tampouco soluções, prejudicando milhares de professores.

Reajuste salarial e reposição de nossas perdas!

Continuamos lutando pela complementação do reajuste de 2012 e pela reposição das perdas de 36,74%, com a instalação da comissão paritária para discussão do ajuste salarial, conforme determina a lei complementar nº 1143/11.

Uma de nossas grandes conquistas na tramitação da Lei Complementar 1143/2011 foi a comissão salarial paritária. Mas precisamos fazer valer esta conquista com a luta e mobilização.

Cobrado pela APEOESP, o Secretário da Educação limitou-se a dizer que encaminharia projeto de reajuste salarial para a análise dos deputados estaduais no início de 2013, mas não informou o percentual. Recentemente, quando da cobrança que fizemos, solicitando uma reunião (agendada para 12 de março) o Secretário disse que convocará a APEOESP e demais entidades para discutir o assunto, mas, novamente, não tomou nenhuma atitude concreta. A questão salarial é um dos pontos centrais da mobilização da categoria.

SEE descumpre lei e decisão judicial ao não implantar jornada do piso

A jornada de trabalho dos professores é um dos pilares da qualidade de ensino. Uma jornada como a que vem sendo praticada no Estado de São Paulo, na qual apenas uma pequena parte é dedicada às atividades extraclasse, tais como preparação de aulas, formação, correção de provas e trabalhos, acaba por resultar em desgaste e adoecimento para os professores e não contribui para a qualidade do ensino.

É necessária a aplicação do que determina a lei federal 11.738/08 (no mínimo 33% da jornada para atividades extraclasse), na perspectiva dos 50%. A jornada do piso também é condição para que todas as formas de evolução e promoção que vem sendo discutidas pela Comissão Paritária da Carreira do magistério possam ser efetivamente implementadas.

Ensino em tempo integral

Em todas as oportunidades, a APEOESP questiona o Secretário da Educação sobre a continuidade da designação de professores e remoção ex-officio no projeto de lei complementar nº 45/2012. O Secretário reafirmou a designação e a remoção ex-officio como únicas formas jurídicas de viabilização do corpo docente nas escolas de tempo integral, com remuneração diferenciada para dedicação em tempo integral.

A APEOESP contesta esta visão, até mesmo baseada em outras experiências, como a escola padrão. O professor efetivo tem direito ao cargo que escolheu em determinada escola quando de sua posse e não pode ser removido contra a sua vontade. A APEOESP possui ação tramitando na justiça, questionando este e outros aspectos do programa.

Não somos contra a escola de tempo integral.

Ao contrário, esta é uma luta dos educadores e da sociedade civil organizada. Acima de tudo, queremos uma educação integrada, não apenas mais tempo de permanência do estudante na escola. Com qualidade, estrutura, jornada de trabalho adequada para o professor, formação continuada no local de trabalho e um currículo que decorra de um projeto político-pedagógico que articule o ensino regular com atividades culturais, esportivas, científicas, tecnológicas a partir de uma visão não compartimentada do conhecimento. Uma escola de tempo integral atraente para os estudantes e professores e não um encargo difícil de carregar, como tem sido em diversas experiências realizadas no Estado de São Paulo e no Brasil.

Desconto de licenças e faltas médicas nas aposentadorias

A São Paulo Previdência, empresa criada pelo ex-governador José Serra para gerir as aposentadorias dos servidores públicos, continua praticando a desumana medida de descontar licenças e faltas médicas dos professores e professoras da contagem do tempo de serviço para aposentadoria. Chega ao cúmulo de obrigar professores já aposentados a voltarem ao trabalho.

A APEOESP tem lutado contra esta medida, inclusive juridicamente, por meio de ações individuais. Também estamos constantemente cobrando do Secretário da Educação uma prometida reunião entre a Procuradoria Geral do Estado e as entidades do magistério para que seja questionado o desconto das licenças e faltas médicas. O Secretário limita-se a dizer que a reunião será agendada.

Professores da categoria "O"

Foi o governo do Estado de São Paulo, sob o comando do PSDB, que deixou que a situação chegasse ao ponto em que estamos, com mais de 100 mil professores não efetivos, sendo pelo menos 35 mil contratados por tempo determinado (categoria O).

Aprofundando o desrespeito com esta parcela da categoria, no início deste ano, o governador vetou projeto de lei que lhes dava direito a utilizar o lamspe. Um absurdo!

Cabe ao Estado, para além da promoção de cursos que, aliás, é sua obrigação, assegurar condições dignas de contratação e trabalho a estes profissionais.

Estamos encaminhando ao governo e aos deputados a reivindicação de que a lei complementar nº 1093/09 seja reformulada, de forma a assegurar aos professores da categoria O a mesma situação dos

professores da categoria F, ou seja, estabilidade com carga horária mínima na escola, fazendo jus a todos os direitos desta categoria.

Entre as principais reivindicações que nos encaminham para a greve estão:

- Reajuste salarial imediato, extensivo aos aposentados. Reposição das perdas salariais para todos os professores, da ativa e aposentados. Recomposição do reajuste de 2012 definido em 10,2% pela LC 1143/2011, mas do qual somente nos foram pagos 5,2%.
- Aplicação da jornada do piso: no mínimo 33% da jornada de trabalho para atividades de formação e preparação de aulas.
- Fim da remoção ex-officio, da designação de professores por “perfil”, das avaliações anuais e de outras ilegalidades na implantação das escolas de tempo integral.
- Fim da precarização do trabalho docente e da divisão em “categorias”. Trabalho igual, condições de trabalho e salários iguais.
- Extensão aos professores da categoria “O” dos mesmos direitos e condições dos professores da categoria “F”. Concursos públicos para a efetivação de todos.
- Dignidade na contratação, condições de trabalho e atendimento no IAMSPE para os professores da categoria “O”.
- Melhores condições de trabalho e políticas de prevenção do adoecimento dos professores.
- Fim da lei das faltas médicas.
- Fim dos descontos de faltas e licenças médicas para efeito de aposentadoria especial.
- Respeito e garantia de direitos aos professores aposentados.
- Fim das provinhas e avaliações excludentes.
- Por um plano de carreira que atenda às necessidades do magistério.

O Papel do Representante na construção da greve

O Representante de Escola e o Representante dos Aposentados são os elos mais próximos da APEOESP junto ao professor. Inversamente, é o representante de cada professor e professora junto ao Sindicato.

Ele conhece, sente e compartilha com seus colegas, na escola e na comunidade, as angústias e incertezas, a

indignação, as críticas e as sugestões que podem aprimorar a nossa luta por uma escola pública mais humana, com mais qualidade e que melhor atenda aos interesses dos estudantes, dos profissionais da educação e da parcela da sociedade que mais precisa da educação pública.

Nesta luta, a greve é um recurso extremo. É o instrumento legítimo, reconhecido constitucionalmente, do qual lançamos mão quando se esgotam as perspectivas de negociação. E ela visa desbloquear esta negociação, no sentido da conquista das reivindicações. Por isto, quanto mais representativa, quanto mais ampla e mais forte for, mais rápido poderá ser seu efeito sobre o governo e maior será seu alcance social e sua repercussão nos meios de comunicação.

É em momentos como este que sobressai o papel do Representante. Participando da Reunião de RE/RA, ele se torna parte integrante da formulação do movimento, fazendo, discutindo e deliberando propostas, assumindo tarefas, levando informação à sua escola e aos seus colegas, participando das panfletagens e das demais mobilizações regionais e estaduais. Assim, ele ajuda a escrever a história do nosso Sindicato, da nossa categoria e da educação pública estadual.

O Representante dos Aposentados também tem um papel fundamental a cumprir. Aliando experiência e compromisso, ele tem a seu favor um maior tempo livre para ajudar o movimento. Ele pode contribuir, e muito, na formulação de propostas, pois já viveu muitos momentos semelhantes. Os aposentados, na APEOESP, têm direitos específicos, além daqueles direitos assegurados a todos os demais associados. Prezamos e valorizamos muito nossos companheiros aposentados e queremos tê-los ao nosso lado nessa luta, pois a pauta de reivindicações que levamos ao governo é extensiva, em tudo o que couber, aos aposentados, sobretudo a questão salarial.

Webconferência sobre saúde do professor adiada para 14/03

Devido a problemas operacionais, a webconferência sobre saúde dos professores e condições de trabalho prevista para realizar-se em 05 de março, terça-feira, foi adiada para 14 de março, na parte da tarde, em horário a confirmar.

Mais informações serão encaminhadas oportunamente.

O critério de participação continua em três representantes por subsede, mais a diretoria.

Os nomes podem continuar a ser enviados para presiden@apeoesp.org.br.

CUT e movimentos sociais marcham em defesa do trabalho

No dia 6 de março, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as demais centrais sindicais realizam em Brasília a marcha em defesa da cidadania, do desenvolvimento e da valorização do trabalho, com o objetivo de pressionar o Executivo e o Legislativo a destravar a pauta da classe trabalhadora. Um dos eixos é regulamentação da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, que trata do direito de greve e da negociação coletiva do servidor público.

As centrais pressionarão ainda o governo e o Congresso Nacional pela retomada dos investimentos públicos, em defesa da produção, de salários e empregos de qualidade no Brasil, garantindo contrapartidas sociais e combatendo a especulação e os abusos do sistema financeiro. A APEOESP estará presente com uma caravana de professores que manifestará nosso apoio à pauta mais geral das centrais e também nossa pauta específica em defesa da educação pública de qualidade e valorização dos trabalhadores em educação.

Esclarecimentos sobre a decisão do STF em relação à lei do piso

No dia 28 de fevereiro, os jornais repercutiram de forma equivocada o julgamento dos embargos pedido por governadores de cinco estados (Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) para postergar a aplicação do piso salarial. Alguns jornais chegaram a afirmar, nos títulos das matérias, que o STF havia livrado os estados de pagarem o piso. No julgamento dos embargos, que aconteceu no dia anterior, o STF negou, na íntegra, o pedido dos Governadores para postergar a aplicação do piso salarial na forma de vencimento inicial das carreiras de magistério em mais um ano e meio, solicitação esta constante nos embargos do Governador do Rio Grande do Sul.

O STF esclareceu os estados e municípios sobre a vigência do piso como vencimento inicial das carreiras de magistério (sem qualquer tipo de gratificação ou abono), sendo esta a data do julgamento de mérito da ADIn 4.167, ou seja, 27 de abril de 2011. Em consequência desta segunda decisão, os estados e municípios estão isentos de qualquer passivo retroativo no tocante ao pagamento do piso como vencimento de carreira (não cabem ações judiciais para requerer os impactos dos valores nominais do piso nos planos de carreira, entre julho de 2008 e abril de 2011).

Essa decisão do STF fortalece a nossa luta, pois

nenhum gestor poderá mais alegar pendências no julgamento do STF, para deixar de aplicar integralmente a Lei do Piso.

Dia Internacional das Mulheres

A APEOESP sugere que as Subsedes organizem grandes atividades relacionadas ao dia 08 de Março, Dia Internacional de Luta das Mulheres. As subsedes podem organizar seminários, debates, atos, panfletagem, palestras sobre a história das mulheres no Brasil, ou acerca do protagonismo das jovens mulheres no movimento estudantil.

Durante a reunião de Representantes, a Subsele deve incluir um ponto de pauta sobre a Mulher. Sugerimos ainda que todas as regionais registrem as atividades relacionadas ao dia 08 de março e enviem fotos para a Secretaria da Mulher no e-mail: mulher@apeoesp.org.br

E no dia 08 de março, participem do ato organizado pela CUT, com concentração às 13h na Praça da Sé-Centro de São Paulo.

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER/ ESTE NÃO É O MUNDO QUE A GENTE QUER

Assembleia
15 de Março • 14 h
Praça da Sé
com Paralisação
(ao final, caminhada até a Praça da República)

Em abril, os PROFESSORES VÃO PARAR!

- Por reajuste salarial já
- Pela Jornada do piso
- Pelos direitos da categoria 0
- Contra a remoção ex-offício

- Governador, cumpra a lei: no mínimo 33% da jornada de trabalho para atividades de formação e preservação de aulas
- Reposição salarial de 36,78% e complementação do reajuste referente a 2012
- Dignidade na contratação, condições de trabalho e atendimento no IAMSPE para os professores da categoria 01
- Fim da remoção ex-offício e da desagração de professores das Escolas de Tempo Integrat
- Regime de dedicação exclusiva para todos, por opção de cada professor(a)
- Melhores condições de trabalho e políticas de prevenção de adoecimento dos professores:
 - Fim da lei das faltas médicas
 - Fim dos descontos de faltas e licenças médicas para efeito de aposentadoria especial
 - Fim das provinhas e avaliações excludentes
 - Por um plano de carreira que atenda às necessidades do magistério.

• Converse com seus colegas
• Converse com estudantes e pais
• Participe das atividades

Professor, torne-se o representante da APEOESP na sua escola

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filial a CUT e CCU

